



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MILIAN DOS SANTOS SOUZA

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS SOFRIDOS PELA
COMUNIDADE DO MACACO COM A PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO
(SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

MILIAN DOS SANTOS SOUZA

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS SOFRIDOS PELA
COMUNIDADE DO MACACO COM A PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO
(SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira para a obtenção do título de Bacharel em
Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Palermo Butti.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

MILIAN DOS SANTOS SOUZA

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS SOFRIDOS PELA
COMUNIDADE DO MACACO COM A PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO
(SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 05/09/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Palermo Buti (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Carla Craice da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Thiago Mota Cardoso

Universidade Federal da Bahia - UFBA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OBJETIVOS	6
2.1	OBJETIVO GERAL	6
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
3	JUSTIFICATIVA	7
4	REFERENCIAL TEÓRICO	8
4.1	MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO BRASIL E NA BAHIA	8
4.2	A LUTA PELA JUSTIÇA AMBIENTAL	11
4.3	SOCIOBIODIVERSIDADE E OS TERRITÓRIOS COMO HERANÇA	14
5	METODOLOGIA	16
6	CRONOGRAMA	18
	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

As questões trazidas pela agenda socioambiental estão cada vez mais presentes nos debates públicos sobre meio ambiente no Brasil. A monocultura de eucalipto, ao longo das últimas décadas, ganhou destaque nessas discussões. Seu plantio entra em choque com os interesses de pequenas populações, que procuram defender seu território e cultura. Com a expansão do agronegócio no Brasil, um modelo extremamente capitalista vem sobrepondo-se às organizações antigas, modificando seus costumes, culturas e modos de acessar e relacionar com a terra.

O território, para muitas comunidades, não é lugar de exploração de recurso, mas realização das relações sociais imprescindíveis da vida. É lugar de aprendizado e relação com lugares específicos. Território é protagonista, e não coadjuvante, da construção da identidade da pessoa e do grupo. Para Escobar (2016) a defesa pelos territórios é a “luta pela defesa dos muitos mundos que habitam o planeta” (ESCOBAR,2016), visto que essas comunidades valorizam o contato com os seres humanos e não humanos, entidades sobrenaturais, valores vindos de uma ancestralidade passada de forma oral de geração à geração. Esse modo de vida e valorização da natureza vem sendo destruído pelo plantio excessivo de várias plantas com o intuito comercial, entre elas a monocultura de árvores como o eucalipto. Porém, há por parte de algumas comunidades resistência e luta em defesa dos territórios e de seu modo de vida.

Conhecidos como o rosto do agronegócio, ou Deserto Verde, os eucaliptos abastecem a indústria do papel e celulose com investimento público. Andrade e Oliveira (2016) afirmam que:

a farta concessão de créditos e subsídios seletivamente direcionados para o ramo do setor agroflorestal, na década de 1970, buscou disseminar tecnologias e agregar valor no emergente setor industrial, agravando não somente as relações sociais, mas também consolidando uma apropriação privada do espaço por empresas multinacionais e racionais no campo brasileiro, como o caso da Veracel Celulose. (ANDRADE e OLIVEIRA: 2016.295)

Quando produzida em excesso, essa atividade ameaça o equilíbrio do meio ambiente. Trabalhando como substituto das matas nativas, o eucalipto seca o solo acelerando o processo erosivo, além de comprometer as bacias hidrográficas do entorno com a seca de nascentes de rios e fontes das florestas. Seu monocultivo está associado à perda de patrimônio biológico, comprometendo a riqueza e diversidade presentes, além de diminuir as fontes de captação de alimentos para os animais.

No ano aproximado de 2012 iniciou-se a monocultura dessa planta no município de São Francisco do Conde, especificamente na comunidade Fazenda Macaco, onde vivo. Sua chegada foi recebida com estranhamento pelos moradores, pois não houve comunicação à comunidade. Sem um esclarecimento de seus objetivos a empresa (que ainda é desconhecida pela população) se instalou e modificou os aspectos da comunidade, reflexo de uma política governamental praticada com a exclusão, sem a menor participação da população.

A planta já era conhecida pela comunidade como componente medicinal. Segundo moradoras, as mulheres da Fazenda Macaco iam até a comunidade vizinha chamada Gurgainha para recolher as suas folhas com intuito de fazer “*lambedouro*”, ou chá, para o tratamento de problemas respiratórios, nervo ciático, parasita intestinal e algumas inflamações. Hoje essas mulheres dizem que o eucalipto existente na Fazenda Macaco não serve para os fins medicinais, pois é uma árvore industrializada, um “*eucalipto industrial*”, além de ser uma espécie diferente daquelas de Gurgainha, não tendo, por isso, poder de cura. O presente projeto pretende lançar um olhar sobre esse “*eucalipto industrial*” que chegou na nossa comunidade, e de uns pra cá vem ganhando espaço nos territórios da cidade.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender a relação da comunidade do Macaco de São Francisco do Conde (BA) com a monocultura do eucalipto, analisando os impactos causados ao território e à saúde dos seus moradores.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as mudanças ambientais do plantio de eucaliptos na comunidade, bem como as interferências na qualidade de vida das famílias;
- Descrever as percepções locais sobre o plantio de eucalipto na comunidade;
- Caracterizar os impactos ambientais diversos causados pela monocultura de eucaliptos;
- Historicizar a introdução do plantio de eucalipto na cidade;

- Mapear as áreas de plantio de eucalipto em São Francisco do Conde;
- Descrever a cadeia de produção do eucalipto, em termos de sua plantação, colheita, relação de trabalho e uso de insumos;
- Investigar a relação do poder público municipal com o plantio de eucaliptos;
- Mapear os movimentos sociais que buscam regulamentar o plantio de eucaliptos no Brasil.

3 JUSTIFICATIVA

O plantio de eucalipto vem se expandindo pelo Brasil desde o ano de 1968, e por isso adentrado no debate público sobre desenvolvimento, impactos socioambientais e saúde da população. O plantio tem se desenvolvido em grande escala com o objetivo de abastecer as fábricas de móveis e de produtos de madeira indústrias, de papel e celulose, entre outros. Seu uso é cada vez mais crescente por causa dos ganhos econômicos e de sua suposta sustentabilidade. Para Lima (2016), “os monocultivos de árvores de eucalipto são, na sua essência, contrários à biodiversidade de fauna e flora” (LIMA, 2016: 31). A expansão do eucalipto tem interferido no modo de vida de populações rurais, tradicionais e indígenas, principalmente no que diz respeito aos seus modos de vida, formas locais de manejo dos ambientes e saúde da população.

Na comunidade do Macaco (São Francisco do Conde-BA) existem cerca de 76 famílias. A comunidade agrega vários elementos como tradição, memória, que passa por um processo de ancestralidade construindo o indivíduo com identidade. Quem cresceu nessa comunidade acostumou-se com os mugidos dos bois, com as idas às fontes, com plantações verdes e frutíferas no quintal e um ar úmido bom para se respirar. Há sete anos, a área que dava lugar ao pastoreio do gado foi tomada por uma grande plantação de eucalipto. As espécies plantadas são cortadas para servir à indústria de papel e celulose. Lugares onde jorrava água se transformaram em pequenos buracos em boa medida secos, brotando esporadicamente. Quintais com solo bom para o plantio tem piorado sua qualidade, dificultando a produção.

Por ser moradora da comunidade e cursar o Bacharelado em Humanidades em uma universidade majoritariamente negra que valoriza os conhecimentos e modo de vida dos povos negros do continente e da diáspora e, sinto a necessidade em pesquisar temas

implicados ao meu contexto e cotidiano de vida, contribuindo para a valorização das comunidades negras na Bahia e no Brasil. Além disso, a temática socioambiental, embora importante no debate público ligado aos direitos das comunidades tradicionais e ao futuro do planeta, tem sido pouco estudada na UNILAB e na cidade. O que justifica o presente projeto, que pretende pesquisar a monocultura do eucalipto em São Francisco do Conde com foco na comunidade do Macaco. A importância desse estudo consiste na necessidade de discutir e refletir sobre o monocultivo do eucalipto na cidade, os impactos socioambientais causados pelo plantio, bem como as percepções locais das comunidades afetadas.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO BRASIL E NA BAHIA

O plantio sistemático de eucalipto foi iniciado nas três primeiras décadas do século XIX, disseminando-se como uma das espécies florestais mais plantadas no mundo ao longo do século XX. No fim da década de 1930, o eucalipto já era plantado em escala mundial, sendo utilizados como dormentes para construção e combustíveis. Segundo Netto e Silva (2008) “os primeiros registros da introdução do eucalipto no Brasil datam do século XIX, onde as primeiras espécies foram utilizadas no reflorestamento da floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, com finalidade também de arborização de ruas, decoração e quebra de ventos” (NETTO e SILVA, 2008:85).

Para Andrade e Oliveira (2016) “a eucaliptocultura como atividade comercial, começou a ser difundida no Brasil na metade do século XX e, ao longo do tempo, foi-se expandindo pelos diferentes biomas do território nacional” (ANDRADE e OLIVEIRA, 2016). Nesse momento começou uma sistematização do seu cultivo em larga escala e comercial nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

No Espírito Santo, a monocultura de eucalipto iniciou-se no final da década de 1960. Com apoio do Estado, o projeto da Aracruz Celulose se instalou acarretando diversos transtornos, como tornada de terras das populações camponesas, concentração da propriedade latifundiária, além de elevar os preços das terras e dos imóveis. Esses fatores contribuíram para a saída e expulsão de camponeses, inclusive indígenas e remanescentes quilombolas. De acordo com Maracci (2005), “a empresa Aracruz celulose desviou águas do Rio Doce, num

processo ilícito para garantir o consumo abusivo de 248.000 metros cúbicos das suas três fábricas de celulose” (MARACCI, 2005).

Há quatro décadas o Estado fornece altos empréstimos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e concede licenças ilegais para plantios – não respeitando áreas de preservação permanente - e fábricas – construídas sobre uma antiga aldeia indígena. (MARACCI, 2005: 84)

No Brasil dos 1960 e 1970 as plantações de eucalipto para fins industriais tiveram um enorme impulso, parcialmente financiadas pelo Estado brasileiro através do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES. Na época, o Brasil era uma ditadura militar e o BNDES financiou projetos que proporcionaram o crescimento da economia. Maracci(2005), ao descrever o contexto capixaba, informa que desde os anos 1960,

o estado fornece altos empréstimos através do Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e concede licenças ilegais para plantios-nao respeitando areas de preservação permanente- e fabricas- construidas sobre uma antiga aldeia indígena.(Maracci, 2005: 876)

De acordo com Fonseca e Junior (2014), atualmente a região leste de Mato Grosso do Sul é uma das grandes áreas de expansão do monocultivo de eucalipto, principalmente pela instalação de duas fábricas de papel e celulose, a Fibria e a Eldorado Brasil, ambas financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O banco em questão tem o controle de 30,42% das ações da empresa FIBRA que são negociadas na Bolsa de valores São Paulo. Podemos notar nesses relatos a presença do Estado, em especial do BNDES, como importante financiador dessas empresas cultivadoras de eucalipto. O aumento das fronteiras do eucalipto reverberou, também no recôncavo da Bahia, onde há plantio no sul do Estado e nas regiões próximas a Salvador, capital baiana. Sobre a relação do eucalipto com o Recôncavo e a região metropolitana de Salvador, Andrade e Oliveira (2016) nos dizem que:

No caso da Bahia, a porta de entrada da atividade da eucaliptocultura se deu no final da década de 1970 quando investimentos vultosos no setor foram realizados na microrregião do litoral norte baiano, estimulados pelo preço atrativo da celulose no mercado internacional e, sobretudo, pela proximidade do recém-criado Polo Petroquímico de Camaçari, do Centro Industrial de Aratu (CIA) e da capital do Estado. (ANDRADE e OLIVEIRA, 2016:294).

A expansão da monocultura dessa planta começou pelo litoral norte do estado na década de 1970, pela proximidade com o Polo Petroquímico de Camaçari e o Porto de Aratu.

Nas décadas seguintes a expansão se estendeu às demais regiões do Estado onde a planta é cultivada. Para Vilela (2011), as empresas que trabalham com a plantação de eucalipto se valem da ideia de serem “florestas plantadas” importantes para Brasil, como forma de atividade para compensação ambiental. Por não haver limites legais para seu plantio, as comunidades encontram entraves para acabar com sua expansão.

Para Lerrer (2013), a monocultura de eucalipto causa problemas ambientais e entrega as terras brasileiras, ocupadas por comunidades tradicionais, às grandes empresas produtoras de celulose, em boa parte de origem estrangeiras, como é o caso da Veracel Celulose S.A. Segundo esta autora, Veracel é a maior empresa estrangeira do ramo da celulose, proprietária de terras brasileiras com 204 mil hectares de área plantada. O eucalipto pode contribuir para a balança comercial do Estado brasileiro, mas comunidades que vivem no entorno dos monocultivos vêm sofrendo à duras penas com isto.

Florestas agregam e contribuem para a biodiversidade, podendo incluir de forma mais ou menos densa coletivos e vidas humanas. Florestas podem ser sociobiodiversas. Com o plantio de eucalipto esta relação anda na contramão: camponeses perdem seus direitos e as comunidades próximas e distantes sofrem, sem se beneficiarem do projeto e tampouco poderem consentir com sua realização. Vários problemas são gerados. O solo desertifica, pelo eucalipto necessitar de uma enorme quantidade de água. Além disso, por ser plantado unicamente para fins comerciais, a planta é cortada e deixada exposta na terra, o que causa erosão e empobrecimento. O plantio contribui para a diminuição da biodiversidade, visto que os eucaliptos não são plantados com outras espécies de plantas. Há também o fator paisagístico, que também se empobrece, havendo em alguns casos desapropriação das terras de comunidades tradicionais que ocupam os espaços.

Para Vilela (2011), a monocultura trouxe mudanças na forma de ocupação das terras do Cerrado brasileiro, esse, o segundo maior bioma em extensão do Brasil, com cerca de 22 milhões de quilômetros quadrados. Entre essas mudanças está a eliminação das coberturas vegetais nativas, que conseqüentemente alteram as demais formas de vida. A monocultura também interfere na forma de ocupação das terras, com profundos desdobramentos socioambientais e econômicos.

Não estamos falando de uma ou duas dúzias de plantas, estamos falando de uma atividade de monocultura que ocupa à milhões e milhões de hectares de terras no Brasil. Com o aumento intenso dessas plantações, os problemas socioambientais tem se abatido mais e mais sobre a vida de muita gente. E o povo resiste. O monocultivo tem sido questionado pelos

movimentos populares, principalmente pelas comunidades afetadas. Para entender e analisar essas reivindicações, faremos uma breve discussão da relação entre eucalipto, justiça ambiental e sociobiodiversidade.

4.2 A LUTA PELA JUSTIÇA AMBIENTAL

Embora seja comum pensarmos que a crise ambiental é global e generalizada, (por supostamente estarmos todos igualmente sujeitos aos seus efeitos negativos ou sermos igualmente responsáveis por ela), as consequências dos seus impactos não o são. Os riscos ambientais provocados por indústrias petrolíferas, mineradoras e pelo agronegócio, dentre outros empreendimentos, não atingem igualmente a sociedade, não sendo de maneira uniforme que as populações são expostas aos riscos ambientais. O modelo atual de desenvolvimento, baseado no crescimento ilimitado e, portanto, no uso intensivo de recursos naturais, distribui de forma desigual seus impactos negativos entre grupos historicamente vulneráveis.

Para Pires (2012), “vigora, assim, a perspectiva de sustentar um modelo de crescimento fundado na distribuição desigual dos ganhos econômicos, mas também dos danos ambientais e sociais” (PIRES, 2012: 176). As populações negras, indígenas e de baixa renda têm pouco acesso aos recursos políticos e financeiros que podem lhes proteger de ações das indústrias que buscam a tomada de seus territórios para a instalação dos empreendimentos. Por isso correm o risco de extermínio de seu modo de vida. Diante dessa realidade, a busca pela *justiça ambiental* tem um grande destaque na proteção desses povos e dos seus ambientes e lugares de vida.

Construída através das experiências de movimentos sociais e organizações dos Estados Unidos da América, além das lutas de populações e etnias pobres e vulneráveis, o movimento pela Justiça Ambiental tem como objetivo defender a ideia de um tratamento justo e igual, em que nenhum grupo, seja ele racial, étnico e de classe, tenha que arcar de forma desigual com os riscos ou consequências ambientais negativas produzidas por obras públicas ou projetos ligados ao grande mercado. De acordo com Herculano (2002):

Por Justiça Ambiental entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. (HERCULANO,2002:143)

Pensar em justiça ambiental é pensar em conflitos, pois os interesses das indústrias chocam-se com os das populações que tem uma história de vida nos lugares impactados. As populações indígenas, rurais e negras lutam pelo seu território, a fim de proteger seu modo de vida e o planeta. Entende-se então que esse embate pode acarretar no que Pires (2012) chama de “desigualdade ambiental”. Segundo o autor,

Esta noção surgiu nos Estados Unidos (EUA), na década de 1980, quando se observou, empiricamente, através da elaboração de um mapa e de uma análise de indicadores sociodemográficos espacializados, o caráter discriminatório da destinação territorial de lixo químico. Verificou-se então que os locais de destinação dos resíduos, mesmo aqueles aprovados legalmente por seguidas gestões no governo dos EUA, coincidiam com territórios ocupados por grupos étnicos de baixa renda e tornados vulneráveis – negros, povos indígenas e latinos. Tornou-se claro, então, que a escolha da destinação de resíduos obedecia não apenas à lógica do mercado de terras, mas a lógicas políticas que alocavam os benefícios e os malefícios do desenvolvimento de modo desigual entre os diferentes grupos sociais. (PIRES, 2012:166)

Podemos então entender que o conceito “desigualdade ambiental” ou “injustiça ambiental” nasce em parceria com o conceito de justiça ambiental na década de 1980, nos Estados Unidos. A definição de desigualdade ambiental foi formada a partir da observação de que grupos sociais vulneráveis, como algumas minorias étnicas e populações de baixa renda, estariam mais expostos aos riscos ambientais causados por grandes empresas. Por possuir piores condições socioeconômicas, estes grupos estão sujeitos a uma exposição maior dos riscos ambientais, configurando assim uma nova forma de pensar a desigualdade, relacionada com outras formas de desigualdade presentes na sociedade, principalmente a de raça e a econômica. Pode-se dizer, portanto, que os indivíduos sofrem desigualdade ambiental como consequência de outras formas de desigualdade, havendo interseccionalidade entre raça, classe e ambiente.

Em um país como o Brasil, onde as desigualdades raciais e econômicas estão explícitas, não é difícil encontrar casos de injustiças ou desigualdade ambiental. A renda e o acesso aos recursos naturais são extremamente desiguais. Os grupos e setores com o poder econômico ditam as regras, produzindo a injustiça. Aqui entende-se por desigualdade ambiental os mecanismos pelos quais as elites políticas e econômicas do país se valem para destinar aos trabalhadores, grupos raciais e vulneráveis uma maior carga dos efeitos negativos causados pelos complexos petroquímicos e agroindústrias. De acordo com Pires (2012),

os processos de produção das desigualdades ambientais, associados às dinâmicas da acumulação por espoliação, através da qual se mercantilizam bens não mercantis,

tendem a favorecer a eclosão de conflitos territoriais e ambientais, uma vez que inviabilizam a existência de diversos grupos cuja reprodução social depende das suas relações com o território, com a diversidade biológica e geofisiográfica. (PIRES, 2012:169)

Na implementação de um projeto industrial, o meio ambiente é entendido como uma parte essencial no processo de acumulação do capital. Assim, ele é visto, nessa perspectiva, apenas como suporte da atividade a partir de uma visão exclusivamente comercial e de lucro, que ignora a biodiversidade existente e sua relação com os grupos ali viventes no contexto.

Diante da força dos megaprojetos que ignoram as realidades locais, Herculano afirma existir “um conjunto de ações e movimentos sociais no país que podem ser identificados como de busca por "Justiça Ambiental", mesmo que sem o uso dessa expressão” (HERCULANO, 2002:144). Ele cita movimentos dos atingidos por rompimentos de barragens, movimentos de trabalhadores na defesa das fronteiras florestais contra o avanço capitalista. Como maneira de luta contra essa forma hegemônica de mercado e na busca da valorização da grande diversidade étnica e biodiversa, tem se levantado discussões sobre as “zonas de sacrifício”, que seriam as localidades de superposição dos empreendimentos ou instalações responsáveis por danos ao ambiente com os lugares de habitação e vida de pessoas.

Para essas lutas foram desenvolvidas ações ou conjuntos de movimentos que buscam a Justiça Ambiental. De acordo com Herculano (2002),

Os movimentos sindicais, sociais e populares, entre outros, também podem renovar e ampliar o alcance da sua luta se nela incorporarem a dimensão da justiça ambiental, o direito a uma vida digna e em um ambiente saudável. Todas essas lutas, na verdade, representam uma só e mesma luta pela democracia, pelo bem comum e pela sustentabilidade. (HERCULANO, 2002: 145)

Atualmente no Brasil há vários movimentos sociais ou até mesmo movimentações populares na luta contra a desigualdade social e ambiental. Podemos perceber essa insatisfação pelos vários casos de ocupações e reivindicações feitas por parte da população, uma delas é a referente à Aracruz Celulose. Nunes (2007) afirma que a “Aracruz Celulose é notoriamente, uma empresa marcada por uma série de confrontos sócio-ambientais” (NUNES, 2007:10). Essa empresa desde os anos 1990 acumula polêmicas ocasionadas pelo plantio de monocultura de eucalipto. Em 2006, mulheres ligadas ao MST e à Via Campesina ocuparam a fazenda da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, destruindo suas plantações de eucalipto, laboratórios e suas mudas. Podemos analisar nessa ocupação, as várias arbitrariedades

desocupações de povos indígenas de suas terras pela empresa Aracruz Celulose e a derrubada de milhares de hectares de matas nativas, atlântica para a implantação do conhecido Deserto verde, demonstrando o total desprezo pelo meio ambiente e pelas populações nativas.

As grandes indústrias que trabalham com o plantio de eucalipto para papel e da celulose usam um discurso pautado na sustentabilidade, porém comunidades afetadas pelo plantio não entendem essa atividade como sustentável pelo fato de serem prejudiciais aos seus territórios. Por incorporar uma grande quantidade homogênea de árvores, a monocultura do eucalipto está na pauta temática das reivindicações dos movimentos que lutam por justiça ambiental e que entendem que esse tipo de atividade não contribui para a biodiversidade característica das florestas. Não contribui, em suma para a sociobiodiversidade.

4.3 A SOCIOBIODIVERSIDADE E OS TERRITÓRIOS COMO HERANÇA

A composição da população brasileira é pluricultural. Podemos perceber essa mesma pluralidade na nossa vegetação, vinda de diversas partes do mundo, em especial da África na época da colonização. Segundo Patzlaff (2007), “os negros africanos vieram como escravos para o Brasil, trazendo espécies vegetais que se adaptaram bem neste país e tornaram-se espontâneos, como a mamona, o dendê, o quiabo, o inhame, o tamarindo e a jaca”. (PATZLAFF,2007:03) . Já para Correa (2010) “As paisagens do Brasil foram marcadas desde período colonial por vários componentes alienígenas. Entre eles, destacam-se as plantas de origem africana e asiática” (CORREA, 2010:96).

Trazidas em porões de navios negreiros, várias plantas, raízes e sementes foram cultivadas com intuito de alimentação e medicina. Outras trazidas com o intuito comercial aqui chegaram e aos poucos se adaptaram ao clima, a a fauna e a flora, conformando os ambientes nas Américas. Como exemplo dessas plantas temos o dendezeiro, hoje comum nas paisagens litorâneas da Bahia, a árvore vive em um entrelaçamento com diferentes espécies, seja animais ou vegetais. Vindo da África na época do colonialismo, o dendê estabeleceu uma relação com humanos e animais, transformando-se em floresta. Para Cardoso (2016), o dendê não vive sozinho, sendo colaborador de assembleias multiespécies, vivendo em sintonia com outras vidas, servindo de alimentos para outros seres, dentre pássaros, urubus, roedores e também animais domesticados, demonstrando a sua capacidade de se adaptar e interagir com o ambiente existente.

A associação entre biodiversidade e sociodiversidade pode se entendida como sociobiodiversidade. É uma forma de não pensarmos em separado a dimensão biológica da dimensão cultural. Há relação entre sociobiodiversidade e território. Território não é o mesmo que espaço físico. É algo haver com a relação das pessoas nos seus ambientes de vida, e suas formas de manejo. Território é compreendido como o lugar lugar de existência do ser, de convivência entre os seus e os ambientes. Uma dimensão importante dos territórios da sociobiodiversidade são os quintais, entendidos por Almada e Souza (2017) como

espaços de circulação de humanos e não-humanos que conectam ambientes e tempos em diferenças escalas. Os quintais brasileiros são amostras representativas de experimentação, trocas e processos coevolutivos, constituídos de espécies de plantas e animais nativos e aquelas trazidas das mais diversas partes do mundo durante os processos de migração e colonização. (ALMADA e SOUZA, 2017:15)

No seu sentido etmológico, quintal significa pequena quinta, terreno com jardim ou horta próximo à casa de habitação ou junto a ela (Pibreram, 2019). Para Almada e Souza (2017), geralmente quintais estão associados a atividades agrícolas e vida no campo, destacando o cultivo de espécies vegetais e criação de animais. No entanto, podem estar associados para além desse entendimento, como um sistema biocultural de valorização das formas de manejo dos grupos humanos em seus ambientes de vida, como espaço de resistência contra modelos monoculturais hegemônicos. Os quintais estão presentes na história brasileira nas mais diferentes situações, no que diz respeito a biodiversidade e história do cultivo, de convivência, de transmissão de tradição, memória e de valores culturais, aplicando praticas e ações de baixo impacto ao meio ambiente.

Diferente dos quintais bioculturais e sociobiodiversos e das paisagens de dendezeiro no litoral baiano produzidas na diáspora, o eucalipto plantado de forma comercial não se relaciona com outras plantas. Não é, como o dendezeiro, uma “espécie companheira” (CARDOSO, 2016). Ao contrário, monocultura de eucaliptos são “espécies inimigas” que dificultam o crescimento de outras espécies, desertificando os ambientes. Elas também homogeneízam a paisagem, fragilizando a biodiversidade, além de prejudicar a vida e a saúde humanas, pela excessiva quantidade de água absorvida e uso do agrotóxico para sua proteção.

A presente abordagem não pretende tomar as monoculturas de eucalipto a partir do conceito de florestas, comumente utilizados pelas próprias empresas para escamotear os impactos ocasionados pela produção em larga escala. Seguimos, nesse sentido, as orientações de Andrade e Oliveira (2016), para quem:

O eucalipto em seu habitat natural e em seu país de origem, Austrália, convive com outras espécies de plantas e animais que, nesse caso, encontra-se num ambiente denominado de floresta. Como premissa teórica fundamental, neste estudo não se adota o termo floresta plantada, largamente utilizada pelas empresas plantadoras de eucalipto, que buscam com isso amenizar os custos ambiental e social que esta atividade proporciona no campo brasileiro. (ANDRADE e OLIVEIRA. 2016: 295, 296).

Os autores afirmam a impossibilidade de considerar essa atividade como “floresta plantada, por entenderem que floresta apresenta as seguintes características: a) diversidade de espécies vegetais de tamanhos e idades variadas; b) grande variedade de espécies animais; c) e, principalmente, pela capacidade de interação da atividade humana nesse ambiente, onde se busca alimentos, sementes, água e outros bens e serviços que uma floresta fornece para a sobrevivência humana” (*Ibidem*).

Entende-se que essas plantações não são florestas, uma vez que estas se caracterizam pela diversidade de espécies animais e vegetais que coabitam determinados ambientes, o que não se aplica à plantação de eucaliptos. Utilizamos os conceitos de biodiversidade, sociodiversidade, monocultura, floresta, para analisar as diferenças entre florestas, quintais e monoculturas de eucaliptos. Por não ser uma planta nativa brasileira, a inserção do eucalipto não se dá por condições naturais: em seu país de origem a planta se propaga espontaneamente, além de conviver com outras plantas nativas. Já aqui é diferente: ao contrário de outras plantas trazidas, ele não se expande naturalmente, precisa da ação humana para se propagar. Na ocasião, a ação humana é a ação agroindustrial, para fins de acumulação capitalista e em boa parte alheia às perspectivas, interesses e realidades locais.

Pretendo pensar o choque de encontro entre esses dois modelos de mundo (agroindustrial X local; monocultural X sociobiodiverso) a partir de um estudo de caso: a comunidade do Macaco, lugar onde nasci e vi chegar há alguns anos o monocultivo de eucaliptos. Não há informação dos meus vizinhos e parentes sobre quem é o dono do eucalipto, tampouco qual a sua finalidade. Em 2019 houve a primeira colheita. Atualmente as novas mudas crescem. Investigar as percepções dos seus impactos na comunidade é o que move o presente projeto.

5 METODOLOGIA

A metodologia é parte importante de um projeto pois traz os caminhos a se percorrer para a realização da pesquisa. Para Demo (1985), “metodologia é uma preocupação

instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos” (DEMO, 1985: 19). Martins (2004) afirma que “a metodologia qualitativa, mais do que qualquer outra, levanta questões éticas, principalmente devido à proximidade entre pesquisador e pesquisados” (MARTINS, 2004:295). A metodologia qualitativa nos permite produzir dados a partir da observação e da relação com os interlocutores, nos permitindo assim o registro das interpretações e representações de um determinado grupo social. Martins (2004) diz que:

as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador” (MARTINS, 2004 :292).

Baseado nessas orientações, o presente projeto buscará observar, registrar e descrever a relação da comunidade do Macaco com o eucalipto, privilegiando as percepções locais sobre os possíveis impactos no meio ambiente e na saúde das pessoas. Pretende-se conhecer os tipos de arruinamento dos ambientes decorrentes da monocultura, seja referentes ao plantio de roças e hortas, seja referentes aos recursos hídricos e fontes de água. Tomando como interlocutores privilegiados aqueles que vivenciaram a chegada do monocultivo, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas junto aos moradores do local, buscando com elas investigar o padrão de conhecimento comunitário sobre o plantio e a cadeia industrial envolvida, em relação à empresa proprietária do eucalipto, o destino da planta depois de colhida e sua utilidade no mercado. Afinal de contas, para onde vai o eucalipto e para que serve?

Será feito também acompanhamento do processo produtivo da planta, e as transformações nas paisagens a partir da captação de imagens com as ferramentas audiovisuais, como máquina fotográfica. Conjugando informações de campo com a utilização de imagens aéreas nas plataformas digitais do OpenStreetMaps, será produzido um mapa das áreas de plantio de eucalipto na cidade, bem como sua proximidade com outras comunidades de São Francisco do Conde.

Com isso, pretendemos, a partir do Macaco, fornecer um panorama geral, e introdutório, da monocultura de eucalipto na cidade. Caso seja necessária, poderão ocorrer visitas em outras comunidades com monocultivo do eucalipto, o que nos permitirá traçar pontos comparativos entre diferentes contextos. Pretende-se também buscar dados ligados ao eucalipto na Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de São Francisco do Conde, onde

poderemos conhecer informações oficiais sobre as políticas de gestão e regulação do plantio e corte da planta. A pesquisa também terá análise da literatura, com foco na discussão sobre os conflitos socioambientais, lutas sociais e a cadeia agroindustrial do eucalipto.

6 CRONOGRAMA

Etapas	2020		2021	
	1° Semestre	2° Semestre	3° Semestre	4° Semestre
Levantamento bibliográfico	X	X		
Atividades de campo	X	X	X	
Análise das Imagens Aéreas		X	X	
Visita a Secretaria de Agricultura e da pesca	X			
Elaboração dos Mapas		X	X	
Análise dos dados		X	X	X
Escrita		X	X	X
Defesa do TCC				X

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Emmanuel Duarte; SOUZA, Mariana Oliveira e. **Quintais: Memória, resistência e patrimônio biocultural**. Editora- UEMG. Belo Horizonte. 2017.
- ANDRADE, Maicon Leopoldino; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. **A Monocultura do eucalipto na Bahia: um retrato da apropriação privada da natureza**. Cadernos do CEAS, Salvador. 2016.
- CARDOSO, Thiago Mota. **A vida mutiespécie dos Ferals dendezeiros**. 2017.
- CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Africanidades na Paisagem Brasileira**. Revista internacional interdisciplinar, Interthesis. Florianópolis -2010.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia a da ciência**. São Paulo. Editora ATLAS S.A.1985.
- ESCOBAR, Arturo. **Territórios de diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”**. Climacom Cultura Científica-Pesquisa, JORNALISMO e Arte. 2019.
- FONSECA, Silas Rafael da; JUNIOR, Antonio Thomaz. **A consolidação do complexo de celulose e papel na região leste de Mato Grosso do Sul: Estudo de caso do município de Selvíria**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. 2014.
- HERCULANO, Selene. **Resenhando o debate sobre justiça ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e criação da rede brasileira de justiça ambiental**. Editora UFPR. 2002.
- LEROY, Jean Pierre. **Justiça Ambiental**. Fevereiro de 2011.
- LERRER, Déborah, F. **expansão capitalista e descontrole estatal de territórios: o modus operandi do agronegócio no Brasil**. Programa de Pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA) da universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013.
- LIMA, Adelson Rocha. **Impactos da monocultura de eucaliptos sobre a estrutura agrária nas regiões norte do Espírito Santo**. Revista NERA. Presidente Prudente. Dossiê pp. 12-36. 2016.
- MARACCI, Marilda Teles. **A Apropriação de territórios para Monocultura de eucaliptos, impactos socioambientais e conflitos territoriais no Espírito Santo-Brasil**. Universidade de São Paulo. 2005.
- MARTINS, Heloisa Helena T de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004.
- MATHIAS, Maíra. **O que é Racismo Ambiental**. Revista Poli/Fiocruz. Estados Unidos. 2016.

MELLO, Guilherme. Eucalipto- Momento Ambiental. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dtWhe3EJ084>. 2017.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiv/sociobiodiversidade-brasileira>. 2019.

NETTO, Sebastião; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **EUCALIPTIZAÇÃO: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia?** . Revista de Geografia Agrária.2008.

NUNES, Paula Mota Santiago. **Estratégias de Relacionamento com stakeholders e seus impactos sobre os custos de transação: um estudo de caso da Aracruz Celulose**. Rio de Janeiro.2007.

PATZLAFF, Rúbia Graciele. **Estudo etnobotânico de plantas de uso medicinal e místico na comunidade da Capoeira Grande, Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ, Brasil**. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro Escola Nacional de Botânica Tropical. Rio de Janeiro. 2007

PEREIRA, Rodrigo. **Nas Margens do Atlântico: o comércio de produtos entre a África e o Brasil e sua relação com o Candomblé**. Vitória, Espírito Santo. 2015.
Priberam Informática, S.A. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/quintal>. 2018.

SILVA, Iraneide Souza; CASTRO, Silva, Edna Maria Ramos de. **Interações rural-urbano: a sociobiodiversidade e o trabalho em portos, feiras e mercados de Belém, Pará**. Novos Cadernos NAEA. Pará. 2013

VIVELA, Maria José Alencar. **Desafios Ambientais da expansão do plantio de eucalipto no Cerrado-três Lagos, MS, Brasil**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Três Lagoas/MS.2011.